

RECLAMAÇÃO Nº 37.714 - SP (2019/0092487-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
RECLAMANTE : **CARLOS EDUARDO VIRTUOSO**
ADVOGADOS : **LIA TELLES DE CAMARGO PARGENDLER - PR023366**
SUZANA DE CAMARGO GOMES - SP355061
IGOR MAXIMILIAN GONÇALVES - SP367196
SILVANA SAMPAIO ARGUELHO - SP362566
RECLAMADO : **JUÍZO DE DIREITO DA UNIDADE REGIONAL DE**
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE EXECUÇÃO CRIMINAL DE
BAURU - DEECRIM 1A RAJ - SP
INTERES. : **JUSTIÇA PÚBLICA**

DECISÃO

Trata-se de reclamação com pedido liminar ajuizada por CARLOS EDUARDO VIRTUOSO, com fundamento no art. 105, I, *f*, da Constituição Federal e no art. 988, II, c/c o § 5º, II, do Código de Processo Civil, na qual alega que o Juízo da Execução deixou de observar entendimento adotado em recurso especial processado pelo rito dos recursos repetitivos no Superior Tribunal de Justiça.

Depreende-se dos autos que o Juízo de Execuções proferiu decisão que reconheceu a falta grave, determinando a perda de 1/3 dos dias remidos e fixando a data do cometimento da falta grave como termo inicial de contagem do benefício da progressão (e-STJ fls. 38/39).

Na presente reclamação, o reclamante alega que tal decisão "veio a afrontar o quanto determinado por este Egrégio Superior Tribunal de Justiça, sede de Recurso Especial – Reafirmação de Jurisprudência, Recurso Representativo de Controvérsia n. 1753512/PR" (e-STJ fl. 8), cuja ementa diz o seguinte:

RECURSO ESPECIAL. REAFIRMAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. EXECUÇÃO PENAL. UNIFICAÇÃO DE PENAS. SUPERVENIÊNCIA DO TRÂNSITO EM JULGADO DE SENTENÇA CONDENATÓRIA. TERMO A QUO PARA CONCESSÃO DE NOVOS BENEFÍCIOS. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA ALTERAÇÃO DA DATA-BASE. ACÓRDÃO MANTIDO. RECURSO NÃO PROVIDO.

1. A superveniência de nova condenação no curso da execução penal enseja a unificação das reprimendas impostas ao reeducando. Caso o quantum obtido após o somatório torne incabível o regime atual, está o condenado sujeito a regressão a regime de cumprimento de pena mais gravoso, consoante inteligência dos arts. 111, parágrafo único, e 118, II, da Lei de Execução Penal.

2. A alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios, em razão da unificação das penas, não encontra respaldo legal. Portanto, a desconsideração do período de cumprimento de pena desde a última prisão ou desde a última infração disciplinar, seja por delito ocorrido antes do início da execução da pena, seja por crime praticado depois e já apontado como falta disciplinar grave, configura excesso de execução.

3. Caso o crime cometido no curso da execução tenha sido registrado como infração disciplinar, seus efeitos já repercutiram no bojo do cumprimento da pena, pois, segundo a jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, a prática de falta grave interrompe a data-base para concessão de novos benefícios executórios, à exceção do livramento condicional, da comutação de penas e do indulto.

Portanto, a superveniência do trânsito em julgado da sentença condenatória não poderia servir de parâmetro para análise do mérito do apenado, sob pena de flagrante bis in idem.

4. O delito praticado antes do início da execução da pena não constitui parâmetro idôneo de avaliação do mérito do apenado, porquanto evento anterior ao início do resgate das reprimendas impostas não desmerece hodiernamente o comportamento do sentenciado.

As condenações por fatos pretéritos não se prestam a macular a avaliação do comportamento do sentenciado, visto que estranhas ao processo de resgate da pena.

5. Recurso especial representativo da controvérsia não provido, assentando-se a seguinte tese: a unificação de penas não enseja a alteração da data-base para concessão de novos benefícios executórios. (ProAfR no REsp 1753512/PR, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 18/12/2018, DJe 11/03/2019)

Requer, portanto, o reclamante a concessão da medida liminar "para o fim de sobrestar a alteração da data-base dos benefícios na execução provisória nº 0001882-49.2015.8.26.0041 ou, quando não, manter, desde logo, a data-base de 14/05/2014 (prisão preventiva), como sendo o termo 'a quo' para a concessão de novos benefícios executórios" (e-STJ fl. 17).

No mérito, pede "a procedência da presente Reclamação para, reconhecendo a ofensa à garantia do julgado exarado no ProAfR no Resp Nº 1.753.512/PR, em sede de Reafirmação de Jurisprudência, Recurso Representativo de Controvérsia, reformar o ato reclamado, mantendo, destarte, a data-base de 14/05/2014 (prisão preventiva), como sendo o termo 'a quo' para a concessão de novos benefícios

executórios, nos autos da execução provisória nº 0001882-49.2015.8.26.0041, para produzir todos os efeitos legais" (e-STJ fl. 18).

É, em síntese, o relatório.

É inviável o prosseguimento da presente reclamação.

Segundo o disposto no art. 988, § 5º, inciso II, do Código de Processo Civil, é inadmissível a reclamação proposta para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de recurso especial repetitivo **quando não esgotada a instância ordinária**:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

[...]

IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência;

[...]

§ 5º É inadmissível a reclamação:

I – proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada

II – proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

No caso, a decisão tida por reclamada foi proferida em primeiro grau de jurisdição, o que demonstra o não atendimento do requisito de exaurimento da instância ordinária, impedindo o conhecimento da reclamação.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NA RECLAMAÇÃO. VEDAÇÃO DO ART. 988, § 5º, II, DO CPC/2015. NÃO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. PRECEDENTES DO STF E STJ.

1. O cabimento da reclamação proposta para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de recurso especial representativo de controvérsia pelo Superior Tribunal de Justiça (art. 543-C do CPC/1973 ou 1.036 do CPC/2015) pressupõe o prévio esgotamento das instâncias ordinárias (art. 988, § 5º, II, do CPC/2015). Precedentes do STF e STJ.

2. No caso, não houve o cumprimento do requisito, já que a reclamação pretende a reforma de acórdão proferido pela 5ª

Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento de apelação cível.

3. Agravo interno a que nega provimento. (AgInt na Rcl 32.930/SP, relator Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 22/02/2018, DJe 28/02/2018)

PROCESSUAL CIVIL. INVIABILIDADE DA RECLAMAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. NECESSIDADE DE PRÉVIO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE NÃO ATENDIDO. INDEVIDO USO COMO SUCEDÂNEO RECURSAL. PRECEDENTES.

1. Trata-se de Reclamação (art. 105, I, "f", da CF) contra decisão proferida pela 11ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado da Paraíba, em razão de suposta desobediência à autoridade da decisão do STJ, haja vista que negaria o direito de expedição de alvará para levantamento de valores garantidos por decisão judicial.

2. Alega que a decisão do Juiz de primeiro grau de suspender o processo em razão da Ação Rescisória nº 0000333-64.2012.4.01.0000 é inaceitável e constitui desobediência à decisão do STJ no REsp 1.244.632/CE, na sistemática dos repetitivos.

3. A utilização da Reclamação para garantir a observância do Recurso Especial Repetitivo somente é possível com a obediência de um pressuposto, qual seja, o prévio esgotamento das instâncias ordinárias, justamente para evitar o acesso per saltum às cortes Superiores.

4. No caso ora em análise, não há comprovação nos autos do devido esgotamento das instâncias ordinárias, tendo em vista que não foi colacionada cópia da decisão de admissibilidade do Recurso Especial, circunstância que evidencia o não cabimento da presente Reclamação, na esteira dos precedentes desta Corte.

5. Assim, a presente Reclamação não poderá ser admitida, porquanto que o ajuizamento da Reclamação para garantir a observância de acórdão proferido no julgamento de Recurso Especial Repetitivo, somente é admitido por lei, quando observado o pressuposto de prévio esgotamento das instâncias ordinárias, circunstância que não se verifica no caso em espeque.

6. De outro lado, nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, o esgotamento das instâncias ordinárias ocorre após o término do juízo de admissibilidade do recurso especial pelo Tribunal de origem, nos termos do art 1.030 do CPC/2015. (AgRg na Rcl 33.054/RS, Rel. Ministro Jorge Mussi, Terceira Seção, julgado em 14/6/2017, DJe 22/6/2017; AgRg na Rcl 32.945/RS, Rel. Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Terceira Seção, julgado em 22/2/2017, DJe 2/3/2017; STJ: AgInt na Rcl 34.019/SP, Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, segunda seção, DJe 14/8/2017; (STJ: AgRg na Rcl 32.266/RS, Rel. Min. Felix Fischer, Terceira Seção, DJe 16/8/2017).

7. Deveras a Reclamação não poderá ser utilizada como sucedâneo recursal, haja vista que existem outros meios de combater as decisões antes de se chegar ao STJ. (STJ: AgRg na Rcl 14.113/SP,

Rel. Ministra Assusete Magalhães, Primeira Seção, DJe 15/3/2016;

STJ: AgRg na Rcl 27.854/RS, Rel. Min. Humberto Martins, Primeira Seção, DJe 18/11/2015).

8. Reclamação não conhecida. (Rcl 34.633/PB, relator Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 22/02/2018, DJe 20/11/2018)

AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO.

NECESSIDADE DE PRÉVIO ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS.

REQUISITO DE ADMISSIBILIDADE NÃO ATENDIDO. AGRAVO NÃO CONHECIDO.

I - É assente nesta col. Corte Superior de Justiça que para a propositura de reclamação, é indispensável o prévio esgotamento das instâncias ordinárias.

II - "Para que ocorra o esgotamento das instâncias ordinárias na forma exigida pelo inciso II do § 5º do art. 988 do CPC/2015, é necessário que o Tribunal de segundo grau tenha se manifestado sobre o tema em sede de juízo de retratação e que o recurso especial interposto naquele feito pelo Reclamante já tenha tido a sua admissibilidade examinada no segundo grau de jurisdição. Antes disso, o manejo da Reclamação é prematuro" (AgRg na Rcl n.

32.945/RS, Terceira Seção, Rel. Min. Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 2/3/2017).

Agravo regimental não conhecido. (AgRg na Rcl 32.266/RS, relator Ministro FELIX FISCHER, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 09/08/2017, DJe 16/08/2017)

AGRAVO REGIMENTAL NA RECLAMAÇÃO. INOBSERVÂNCIA DE ACÓRDÃO PROFERIDO EM JULGAMENTO DE DEMANDA REPETITIVA. ESGOTAMENTO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. ART. 988, § 5º, II, DO CPC. RECURSO ESPECIAL PENDENTE DE PROCESSAMENTO NO TRIBUNAL DE ORIGEM. RECLAMAÇÃO PREMATURA. SUCEDÂNEO RECURSAL. NÃO CABIMENTO. INSURGÊNCIA DESPROVIDA.

1. A teor do disposto no art. 988, § 5º, inciso II, do CPC, é inadmissível a reclamação proposta para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de recurso especial repetitivo quando não esgotadas as instâncias ordinárias.

2. O esgotamento das instâncias ordinárias somente se caracteriza após o término da análise de admissibilidade do recurso especial pelo Tribunal local, na forma preconizada no art. 1.030 do CPC, não sendo admitida a interposição da reclamação de forma prematura.

3. A reclamação constitui-se como medida excepcional, não podendo ser utilizada como sucedâneo recursal, nos termos da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal e deste Superior Tribunal de Justiça.

4. Na hipótese dos autos, o recurso especial interposto ainda se encontra pendente de análise em juízo de retratação pela instância a quo, situação que indica não ter havido o esgotamento das instâncias ordinárias, condição indispensável para a propositura da reclamação.

5. Agravo regimental desprovido. (AgRg na Rcl 33.054/RS, relator Ministro JORGE MUSSI, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/06/2017, DJe 22/06/2017)

Ante o exposto, **indefiro liminarmente a presente reclamação.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 04 de abril de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator

